

Marx no *New York Daily Tribune*: Apresentação

MUNIZ FERREIRA*

Neste volume comemorativo de sua 50ª publicação, a *Crítica Marxista* traz ao público leitor brasileiro mais dois escritos de Karl Marx até então inéditos em língua portuguesa. Trata-se dos artigos: “Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas – fome” e “Emigração forçada”, ambos publicados no período estadunidense *New York Daily Tribune*, em 1853.

“Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas – fome” veio à luz originalmente na edição do dia 15 de março de 1853. Por sua natureza, constitui um registro histórico importante das lutas travadas pela classe operária britânica ainda no período da primeira revolução industrial. Mais que isto, o artigo aborda os acirrados embates entre representantes liberais da burguesia industrial inglesa e atores políticos conservadores, defensores dos interesses da aristocracia agrária do Reino Unido, em torno de temas de importância basilar, como a questão da laicidade do Estado e a legislação sobre a extensão da jornada de trabalho dos operários. Tais debates são a continuação histórica dos enfrentamentos já verificados anteriormente acerca de temas igualmente relevantes, como a Reforma Eleitoral de 1832 e a revogação da Lei dos Cereais em 1846.

Nestes termos, as disputas em torno da laicização do Estado através da revogação das transferências de recursos públicos para as escolas religiosas e a apresentação do projeto de limitação da jornada de trabalho nas fábricas a dez horas apresentavam-se como novas frentes de luta entre o bloco político-social

* Professor de história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: munfer@terra.com.br

liberal-burguês e seu adversário conservador-aristocrático pela hegemonia na sociedade e no Estado.

Outro tópico abordado nos debates parlamentares daqueles dias dizia respeito à proposta de eliminar as limitações dos direitos políticos de súditos judeus da monarquia britânica, o que lhes possibilitaria representação na Câmara dos Comuns. Ao mesmo tempo que se manifestava contra tal discriminação, Marx, reproduzindo trechos do discurso de *sir* Robert Peel, observava que tal proposta tinha o objetivo implícito de contemplar os interesses do barão Lionel de Rothschild, sendo tratada com indiferença pela maior parte do eleitorado insular.

Ao mencionar *en passant* a mudança do titular da pasta de Assuntos Estrangeiros, Marx aludia às pressões exercidas pela Dieta da Confederação Germânica e pelo governo da Áustria para a expulsão de todos os exilados políticos estabelecidos no Reino Unido, medida que, se adotada, o atingiria inevitavelmente.

A tradução de um conflito sociopolítico em querela religiosa aparece nas rápidas observações de Marx acerca do movimento dos arrendatários irlandeses. A oposição conjunta das hierarquias religiosas católica e protestante ao movimento que pretendia assegurar os direitos dos arrendatários irlandeses em suas disputas com os latifundiários, combinada com a tentativa dos grandes proprietários do norte da Irlanda em apresentar a Liga pelo Direito dos Arrendatários como um tentáculo do papismo, contribuiria, segundo Marx, para que este movimento social adquirisse características crescentemente anticlericais.

Se, no caso da oposição liberal ao financiamento público do ensino confessional, constatava-se uma coerente confrontação entre os representantes políticos dos interesses industriais e os expoentes da aristocracia territorial e da hierarquia eclesiástica da Igreja da Inglaterra, no caso da limitação da jornada de trabalho verificava-se a presença de um componente diferenciado, expresso no apoio destes últimos à reivindicação dos operários. Para Marx, tal adesão estava inscrita no âmago das disputas entre frações da burguesia e da nobreza territorial, constituindo, de certa maneira, uma revanche clerical-aristocrática às derrotas sofridas por ocasião da Reforma Eleitoral de 1832 e da Revogação da Lei dos Cereais em 1846. Com sua característica mordacidade, Marx, apoiando-se em textos publicados na imprensa e reproduzindo trechos dos próprios debates parlamentares, fustigava o alinhamento dos liberais da Escola de Manchester às posições patronais. Por outro lado, não poupava ironia em relação ao apoio hipotecado por representantes do clero e da nobreza fundiária à luta dos trabalhadores industriais ingleses pela limitação da jornada de trabalho nas fábricas a dez horas. Uma narrativa que nos recorda, em alguns momentos, o sarcasmo de anos antes, quando estigmatizou o chamado “socialismo feudal” nas páginas do *Manifesto do Partido Comunista*:

A aristocracia, visando arregimentar o povo para si, desfraldou como bandeira a bolsa de esmolas do proletariado. Porém, o povo, todas as vezes que se juntou a ela,

enxergou em seu traseiro os brasões de armas do feudalismo e se dispersou em meio a estrepitosas gargalhadas. (Marx; Engels, 1948, p.36)

Marx conclui este primeiro artigo antecipando elementos da análise do trabalho que desenvolverá a seguir: a miséria e a fome do proletariado britânico como fatores responsáveis por sua emigração.

O artigo “Emigração forçada” fora concluído por Marx em 4 de março de 1853, publicado no *Tribune* em 22 de março e republicado no jornal cartista *People's Paper* em 16 de abril, ainda no mesmo ano. Nele, Marx investiga as causas da emigração massiva, que, em apenas cinco anos, provocou a evasão de mais de 1,6 milhão pessoas (!) do Reino Unido para diferentes regiões do planeta. Usando a documentação produzida pelas próprias agências governamentais, o fundador do materialismo histórico investigava a procedência dos emigrantes. Tal investigação evidenciou que cerca de três quartos dos emigrantes, a maior parte, portanto, constituía-se de irlandeses e o restante era formado por ingleses e escoceses, com expressiva maioria dos primeiros.

Qual seria a causa principal deste surto emigratório? Marx reproduz um texto do *The Economist*, que via como principal causa da emigração o “colapso do sistema social baseado na pequena propriedade e no cultivo da batata”. Ainda de acordo com o periódico inglês, o deslocamento daqueles contingentes populacionais da Irlanda e das Terras Altas da Escócia era um movimento preliminar que antecederia a introdução de “todo tipo de melhoramento”. Argumentava que nem a emigração nem a fome dos anos anteriores diminuiram as receitas líquidas da Irlanda. Muito pelo contrário, em 1851, após cinco anos de fome e emigração, elas superaram os níveis atingidos no ano de 1843. Na apreciação crítica de tais argumentos, Marx denunciou suas origens nas teorizações do fisiocrata Sismondi, em seu *Nouveaux Principes d'Economie Politique*, e na obra do economista clássico David Ricardo (*Princípios da Economia Política*).

Em diferentes angulações, estas elaborações abstraíam os aspectos humanos do problema e concentravam seu interesse no tema da “riqueza nacional”. Ademais, Marx situa as causas da emigração forçada em outros fatores. Para ele, não seria a obsolescência da organização social previamente existente o fator fundamental. Tampouco via no deslocamento daquelas populações uma pré-condição necessária para o desenvolvimento econômico das regiões envolvidas. Analisando comparativamente os motivos que provocavam os movimentos migratórios em sistemas econômicos pré-capitalistas, observava que, naquelas sociedades, o crescimento da população de forma desproporcional ao crescimento da capacidade produtiva exigia o restabelecimento do equilíbrio rompido através da emigração.

Diferentemente do que ocorria na Grã-Bretanha de seu tempo, faltava àquelas formações sociais a possibilidade de utilização dos recursos da ciência para o crescimento da produção. Concentração fundiária, superexploração da força de trabalho, crise agrícola provocada pela revogação das leis dos cereais, emprego

de terras, antes destinadas ao cultivo agrícola, no pastoreio de animais para produção de lã e, conseqüentemente, a fome são apresentados por Marx como as motivações efetivas da emigração das populações rurais.

Não era, portanto, o atraso no desenvolvimento das forças produtivas que explicava a emigração rural, pelo contrário, era o seu crescimento objetivo. O desenvolvimento produtivo que despovoava diversas regiões rurais concentrava populações nas cidades, em particular nos centros industriais. Marx sentencia que este mesmo desenvolvimento das forças produtivas que provocara a superação dos sistemas sociais anteriores decretaria o fim do moderno sistema social capitalista quando tais forças fossem apropriadas pelos trabalhadores.

Em resumo, disputas em torno do problema da laicidade do Estado e do privilégio concedido às instituições religiosas, ameaça ao direito de asilo para os refugiados políticos, alteração na legislação reguladora das relações de trabalho, reação dos grandes proprietários à organização de arrendatários e trabalhadores sem terra e debates em torno dos fatores determinantes da emigração são os tópicos que, de forma aproximada e peculiar, nos comunicam a contemporaneidade destes escritos marxianos. Sem ignorar a irredutibilidade das diferenças entre contextos e processos distantes de si por mais de um século, é possível inspirar-se na maneira radical (no sentido marxiano), original, criativa e não indulgente com que o demiurgo da filosofia da práxis enfrentou estes problemas em seu próprio tempo.

Referências bibliográficas

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist Manifesto*. London: Lawrence & Wishart, 1948.